



UNIFEOB

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS**

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**A ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE
E A PRÁTICA DO PROCESSO DE ESCRITURAÇÃO**

ALPARGATAS S.A

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2020

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

A ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE
E A PRÁTICA DO PROCESSO DE ESCRITURAÇÃO

ALPARGATAS S.A

MÓDULO CONTABILIDADE APLICADA

TEORIA DA CONTABILIDADE – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

CONTABILIDADE COMERCIAL – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

ESTUDANTES:

ALEXANDRE JUZ DOS REIS JÚNIOR	RA1012020100484
BRUNO SANTAMARINA BERALDO	RA1012019100057
MARIANA MOREIRA SIQUEIRA	RA1012019200449

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	3
3. PROJETO INTEGRADO	5
3.1 TEORIA DA CONTABILIDADE	6
3.1.1 ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE	6
3.1.2 POSTULADOS, PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES	9
3.2 CONTABILIDADE COMERCIAL	13
3.2.1 FATOS ADMINISTRATIVOS	13
3.2.2 SISTEMAS CONTÁBEIS	17
4. CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	27

1. INTRODUÇÃO

Este Projeto Integrado (PI), tem por objetivo realizar uma análise sobre a estrutura conceitual da contabilidade, a prática do processo de escrituração dos fatos administrativos e o desenvolvimento da contabilidade comercial com apresentação de fatos administrativos e sistema contábil. Apresentando análises do balanço patrimonial da empresa Alpargatas S/A utilizando dados disponibilizados pela própria empresa.

Ao longo deste trabalho, serão aplicados os conhecimentos adquiridos em cada unidade de estudo no respectivo estudo de caso, utilizando como base o pronunciamento técnico CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, assim com os princípios contábeis sob a ótica das relevâncias, materialidades, comparabilidades, tempestividade, compreensibilidade

Será realizado uma análise dos princípios fundamentais da contabilidade, como postulados, princípios e convenções, descrevendo e diferenciando cada um deles. Para isso serão utilizados exemplos práticos que possam ilustrar a aplicabilidade de cada um no dia-a-dia das empresas.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A Alpargatas S.A é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, na AV. Das Nações Unidas, nº 14.261 9º, 10º e 11º andares e registrada na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão com os códigos de negociação “ALPA4” E “ALPA3”.

As atividades da Alpargatas S.A e de suas controladas são fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes, como artigos de vestuários,

artefatos têxteis e respectivos componentes, artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

A Alpargatas S.A é proprietária das marcas Havaianas, Mizuno, Osklen e Dupé. No ano de 2019, a empresa apresentou uma Receita Líquida de R\$3,7 bi, uma alta de 10% em relação ao ano anterior, enquanto a margem Ebitda teve uma expansão de 1,2 p.p atingindo R\$619 MM.

De acordo com as ações da companhia na Bolsa de Valores (B3), o valor de mercado da Alpargatas era de R\$ 17,8 bilhões no encerramento do 4T19, ou seja, 127,1% superior ao encerramento do 4T18.

3. PROJETO INTEGRADO

Os estudos analisados neste conteúdo, baseiam-se nos tópicos de Teoria da Contabilidade, demonstração de sua estrutura conceitual e seus princípios e convenções baseando-se nas suas características qualitativas como relevâncias, materialidades, comparabilidades, tempestividade e compreensibilidade. Sendo eles classificados por:

Relevâncias – Uma informação contábil que deve ser relevante aos olhos do contador e aos olhos do usuário dessa informação. Deve haver relevância e confiabilidade nessa informação para tomada de decisões.

Materialidade – A informação se torna material se houver distorção em algum dado que influencie diretamente nas análises e tomadas de decisão.

Comparabilidade – Baseia-se na capacidade de melhorar a análise contábil, podendo assim, comparar as informações. Com esse aspecto é possível comparar resultados de uma competência com outra, comparar resultados de determinada empresa com concorrentes, entre outros.

Tempestividade – A informação deve ser registrada no ato do evento e no menor tempo possível para possíveis tomadas de decisões.

Compreensibilidade - Classificar, caracterizar e apresentar as informações de modo claro e conciso as formas compreensíveis. As informações devem ser claras para a interpretação e entendimento e de todos interessados. Todas as demonstrações devem seguir o mesmo parâmetro com relatórios explicativos.

3.1 TEORIA DA CONTABILIDADE

Temos como princípio para o pensamento contábil a sua origem e evolução histórica, seu desenvolvimento de pensamento e adoção de normas que contribuíram para sua evolução.

A análise cronológica e contextualizada pode ser de grande valia para uma melhor compreensão da atualidade, pois através da história contábil é possível identificar como foi importante as adaptações realizadas no decorrer do tempo, como por exemplo a armazenamento de livros que documentavam fluxos empresariais ocuparem um espaço considerável, a escrituração manuscrita, posteriormente datilografada e atualmente todos esses recursos de registros são digitais, lançados num sistema informatizado.

A contabilidade deve estar em constante evolução, influenciada por contextos econômicos, culturais, sociais, políticos e econômicos. Nesse processo evolutivo, as exigências legais tiveram um papel importante na medida em que houve necessidade de adequação dos procedimentos contábeis aos acontecimentos exigidos em cada época.

3.1.1 ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 00, a finalidade da Estrutura Conceitual da Contabilidade é:

- Auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;
- Auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à

determinadas transações ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil;

- Auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Como podemos observar, o objetivo da Estrutura Conceitual está relacionado ao interesse público de promover a confiança, a transparência e a estabilidade financeira da economia mundial.

A Estrutura Conceitual forma a base para melhorar a comparabilidade internacional e a qualidade das informações financeiras, contribuindo para que investidores de outras localidades compreendam os relatórios das companhias e possam tomar decisões como investir ou não em determinadas empresas. Com a padronização das informações contábeis, os investidores podem alocar melhor seus recursos em diversas empresas estrangeiras e reduzir seus riscos, conseqüentemente as companhias conseguem captar recursos a um custo menor.

Os relatórios financeiros fornecem informações importantes aos investidores, credores ou qualquer indivíduo ou instituição que tenha interesse na empresa. Através desses relatórios, podemos verificar os efeitos de determinadas transações ou eventos que alteram a estrutura financeira da empresa ou até mesmo auxiliam os usuários a avaliar a liquidez e solvência da companhia.

Os estudos analisados neste conteúdo apresentam suas características qualitativas como Relevâncias, Materialidades, Comparabilidades, Tempestividade e Compreensibilidade conforme descrita na CPC 00 (Comitê de Processamentos Contábeis) explicando a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

- Relevâncias – Uma informação contábil que deve ser relevante aos olhos do contador e aos olhos do usuário dessa informação. Deve haver relevância e confiabilidade nessa informação para tomada de decisões. A Empresa Alpargatas S/A, por se tratar de uma empresa de grande porte e de nome presente no mercado precisa demonstrar confiabilidade, clareza e relevância,

onde a informação deve ser capaz de fazer a diferença em determinada tomada de decisão.

- **Materialidade** – A informação se torna material se houver distorção em alguma informação que influencie diretamente nas análises e tomadas de decisão. Os responsáveis pelos relatórios contábeis da Alpargatas S/A devem olhar para o relatório, analisar o fato contábil e reportar o mesmo da melhor forma possível, sempre pensando nas circunstâncias atuais da empresa.
- **Comparabilidade** – Baseia-se na capacidade de melhorar a análise contábil, podendo assim, comparar as informações. Com esse aspecto é possível comparar resultados de uma competência com outra, comparar resultados de determinada empresa com concorrentes, entre outros. Para a empresa Alpargatas S/A esse fator é essencial, pois se trata de um mercado com muitos concorrentes, fatores a serem comparados até mesmo pela sua sazonalidade e até mesmo comparar resultados de um período com outro.
- **Tempestividade** – A informação deve ser registrada no ato do evento e no menor tempo possível para possíveis tomadas de decisões. A empresa Alpargatas S/A teria punições se não publicasse seus balanços nos prazos exigidos por não cumprir a tempestividade que deveria ter cumprido.
- **Compreensibilidade** – Define a classificação, caracterização e apresentação das informações de modo claro e conciso. As informações devem ser claras para a interpretação e entendimento e de todos interessados. Todas as demonstrações devem seguir o mesmo parâmetro com relatórios explicativos. Analisando os relatórios de balanço publicados pela Alpargatas S/A nos últimos anos, nota-se que foram criados com a mesma característica e personalização para melhor compreensão dos dados apresentados.

É inegável portanto, a importância dos dados apresentadas nas informações financeiras das entidades e as subseqüentes decisões adotados por seus usuários tanto externos quanto interno.

3.1.2 POSTULADOS, PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES

A contabilidade, como uma das ciências mais antigas do mundo, passou por diversas transformações ao longo dos séculos. Desde a obra *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Proportionalita*, do Frei Luca Pacioli, a contabilidade se popularizou ainda mais e passou a ser utilizada por instituições como igrejas e os Estados.

Todavia, as informações contábeis ficavam restritas aos donos dos negócios e eram consideradas sigilosas, prejudicando a expansão da contabilidade e troca de informações. Porém, com o passar do tempo e com o desenvolvimento do capitalismo e mercado de capitais, outros usuários passaram a utilizar as informações contábeis das entidades para a tomada de decisão, como por exemplo no momento de conceder um empréstimo ou até mesmo para fiscalizá-la, no caso do fisco.

Com o tempo, foram surgindo necessidades de controle dos registros contábeis que afetaram as empresas, por dúvidas sobre qual medida deveria ser adotada para registrar determinadas situações começaram a aparecer. Então, através da necessidade da construção dos pilares fundamentais da contabilidade como uma ciência, é que surge os princípios fundamentais da contabilidade.

Podemos classificar esses princípios fundamentais em 3 categorias:

- **Postulados**

São os elementos básicos que estruturam toda a contabilidade. É a condição *sine qua non* para o desenvolvimento da contabilidade. Os postulados são: Entidade e Continuidade.

- 1) Entidade: Diz que a contabilidade da empresa não pode ser confundida com a contabilidade dos sócios ou proprietários. Por exemplo, é comum vermos despesas particulares dos sócios de serem pagas com o caixa da empresa.
- 2) Continuidade: Este postulado diz que a empresa deve ser avaliada e os registros escriturados, considerando que a entidade irá continuar suas

atividades. Os ativos, devem ser avaliados partindo desse princípio. Caso a empresa estiver sendo encerrada, os critérios de avaliação serão outros.

- **Princípios**

- 1) Denominador Comum Monetário: Este princípio diz que a contabilidade deve ser feita em uma única moeda. Por exemplo, caso a empresa tenha uma obrigação em moeda estrangeira, os registros precisam ser feitos em reais.
- 2) Competência de Exercícios: Este princípio é aplicado na contabilização das despesas e das receitas. Poderia existir dois momentos para contabilizar uma receita ou despesa, no momento em que ela foi gerada ou no momento em que foi paga ou recebida. Portanto, como havia essas duas possibilidades, os contadores decidiram que as receitas e despesas devem ser contabilizadas no momento econômico de sua geração, e não quando são pagas ou recebidas. Imaginem, portanto um caso de venda à prazo. A receita deve ser registrada no momento da saída da mercadoria dos estoques para o cliente, e não no momento em que a empresa receberá as duplicatas.
- 3) Conceito de Exercício Social: Na contabilidade, o exercício social é de 12 meses, independente de quando se inicia ou finaliza. Não necessariamente deve coincidir com o na civil, mas ao final de 12 meses a empresa deve encerrar o balanço e apurar o resultado.
- 4) Realização da Receita: Devemos considerar a receita de uma venda, apenas quando o produto ou serviço for entregue para o cliente, conforme as condições acordadas. Apenas em casos específicos de contratos de longo prazo e na pecuária por exemplo, é que a receita deve ser reconhecida conforme a fase do projeto ou a maturação do rebanho.

5) Confronto Despesas e Receitas: Conectado com o princípio anterior, assim como reconhecemos as receitas, também devemos reconhecer as despesas e os custos envolvidos para gerar tal receita.

6) Custo Como Base de Valor: Este princípio preconiza que os ativos devem ser contabilizados pelo valor histórico, pelo valor de compra ou aquisição.

Mesmo a empresa Alpargatas S/A tratando-se de uma empresa nacional, caso algum bem adquirido ou transação de venda realizada fora do país fosse realizada, todos os registros e apurações deveriam ser demonstrados com a moeda nacional.

Esse processo e outros devem ser apurados na mesma competência em que fora realizada, por exemplo, uma nota fiscal de compra referente ao mês de janeiro, deve ser contabilizada na competência de janeiro. Uma despesa paga deve ser registrada na mesma data do pagamento, duplicatas pagas e recebidas também devem ser baixadas na mesma data de pagamento ou recebimento. A inclusão dos custos e despesas nas receitas é essencial, pois as mesmas serão também atribuídas nos relatórios.

- **Convenções;**

As convenções funcionam como um guia para os contadores. Elas devem ser observadas para facilitar a atividade do contador, porém não podem ser consideradas como critérios para fins contábeis. São elas:

1) **Objetividade:** O contador, no momento da escrituração deve ser objetivo eliminando ao máximo a subjetividade. A escrituração deve ser acompanhada de um documento idôneo que suporte o lançamento contábil e não deixe margem para dúvidas em relação aos valores ali registrados. Por exemplo, o contador jamais poderá registrar um veículo que a empresa pagou R\$50.000,00 por R\$75.000,00 no ativo da

empresa, a não ser que tenha um laudo técnico reavaliando o valor daquele ativo.

- 2) Conservadorismo: O próprio nome já diz. Em nossa profissão, o conservadorismo faz parte da nossa imagem. Na dúvida devemos lançar sempre as despesas e no caso da receita, não devemos lançar.
- 3) Materialidade: O contador deve ter mais atenção e realizar uma análise mais aprofundada, dos valores realmente relevantes para a empresa, e os valores pequenos podem ser tratados de forma mais simples.
- 4) Consistência ou Uniformidade: Os contadores não podem ficar adotando critérios diferentes para avaliar os ativos e passivos da empresa, e quando é determinado um critério comum, o mesmo deveria ser mantido ao longo dos anos. Caso haja a necessidade de se adotar outros critérios com o passar do tempo, o contador deve evidenciar os motivos pelo qual será modificado.

Todos os lançamentos contábeis da empresa devem ser realizados com o documento em mãos, seja ele uma nota fiscal ou uma despesa, pois os registros para controle e os valores devem ser criteriosos e reais. Um exemplo da importância desse documento em mãos seria o lançamento de uma nota fiscal de compras que necessitado número, do código de barras, da identificação do fornecedor, valor, entre outros.

Os critérios de avaliação dos resultados e outros relatórios devem ser analisados com apenas um critério, podendo assim, identificar com maior facilidade alguma divergência e conseguir encontrar se houve algum erro de comunicação ou erro de registro no sistema utilizado.

3.2 CONTABILIDADE COMERCIAL

A contabilidade comercial é um instrumento que fornece o máximo de informações contábeis vitais para a tomada de decisão da empresa, através desta contabilidade é possível mensurar o patrimônio comercial, o conjunto dos bens, direitos e obrigações. O conselho Federal de contabilidade (CFC) e o novo código comercial (NCC) obrigam as empresas a apresentarem suas demonstrações contábeis através da contabilidade comercial.

3.2.1 FATOS ADMINISTRATIVOS

Os fatos administrativos são todos os eventos organizacionais que provocam imediata alteração do patrimônio em uma organização, todos de interesse contábil como compra de mercadorias, prestações de serviços, pagamento de salários, lançamentos bancários e outros.

Utilizando a empresa Alpargatas S/A como demonstração, é possível darmos exemplos de como são feitos os lançamentos contábeis em seu sistema, contabilizando suas compras, vendas, despesas e pagamentos mensais. Esses lançamentos contábeis são estruturados da seguinte maneira:

1. Data do lançamento
2. D – Débito
3. C – Crédito
4. H – Histórico do lançamento
5. Valor a ser contabilizado

- Compras de mercadoria:

02/01/2020 - Nota fiscal 10 do fornecedor A&B LTDA – Valor R\$ 5.900,00

D – Compras de matéria-prima à vista (Ativo Circulante/Estoques/Estoque de matéria-prima)

C - Caixa (Ativo Circulante/Disponibilidades)

H – Compra conforme NF 10 – A&B LTDA

Valor - R\$ 5.900,00

- Venda de mercadoria:

02/02/2020 – Nota fiscal 200 para o cliente Moda Chinelos LTDA – Valor R\$ 500,00

D - Clientes (Ativo Circulante/Contas a receber)

C – Vendas de produtos (Receita com Vendas)

H – Venda conforme NF 200 – Moda Chinelos LTDA

Valor - R\$ 500,00

- Duplicatas a Pagar

Data (pagamento da duplicata) – 20/01/2020

D – Fornecedores (Passivo Circulante/Fornecedores)

C – Caixa (Ativo Circulante/Disponibilidades)

H – Pagamento duplicata nº 10 de A&B LTDA

Valor – R\$ 5.900,00

- Duplicatas a Receber

Data (recebimento da duplicata) – 20/02/2020

D – Caixa (Ativo Circulante/Disponibilidades)

C – Clientes Diversos (Ativo Circulante/Clientes/Duplicatas a receber)

H – Recebimento duplicata nº 200 de Moda Chinelos LTDA

Valor – R\$ 500,00

- Provisão do pagamento de salários (Funcionários)

Data – 02/01/2020

D – Salários e Ordenados (Passivo Circulante/Salários a Pagar)

C – Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante/Salários a Pagar)

H – Líquido da folha a ser pago.

Valor – R\$ 1.045,00

- Pagamento de salários (Funcionários)

Data – 08/01/2020

D – Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante/Salários a Pagar)

C – Caixa (Ativo Circulante/Disponibilidades)

H – Pg. Adiantamento da folha de pagamento.

Valor – R\$ 1.045,00

- ICMS e IPI destacados na nota fiscal de compra

02/01/2020 – Nota fiscal 123 – Valor R\$ 60.000,00 - IPI destacado (10%) R\$ 6.000,00 - ICMS destacado R\$ 10.200,00

Data: 02/01/2020

D – Mercadorias em Estoque (Ativo Circulante)

D – Icms a recuperar (Ativo Circulante)

D – IPI a recuperar (Ativo Circulante)

C – Fornecedores (Passivo Circulante)

Segundo informações do Blog Fortes Tecnologia, afirma que todos os lançamentos mencionados são realizados tanto nas contas patrimoniais — que são aquelas pertencentes ao ativo, passivo e patrimônio líquido — como nas de resultado, que são as receitas e despesas.

Ativo: são os bens da empresa e os direitos a receber, alguns exemplos são estoque, imóveis, marcas, saldo bancário e de caixa, equipamentos etc.;

Passivo: são as obrigações da empresa, como impostos a recolher, salários a pagar, compromisso com fornecedores etc.;

Patrimônio líquido: é o resultado do ativo menos o passivo. Ela representa a riqueza líquida da empresa, ou seja, todos os seus bens e direitos menos as obrigações. Fazem parte desse patrimônio o capital social, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os prejuízos acumulados etc.;

Receitas: consistem nas entradas decorrentes das atividades da empresa — como produção de mercadorias, venda de produtos e prestação de serviços —, aplicações financeiras, cobranças de direitos, entre outros ganhos;

Despesas: são todas as saídas do negócio, trata-se de um componente negativo do cálculo de lucratividade. Elas podem consistir nos gastos administrativos, manutenções nos equipamentos, entre muitas outras.

Ao entender o que é lançamento contábil, quais são as informações que ele contém, é possível analisar com muito mais clareza os movimentos feitos pela empresa.

3.2.2 SISTEMAS CONTÁBEIS

Balancos patrimoniais.

Ativo.

Figura “1”.

Reconhecimento e mensuração inicial dos ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Na nova norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de “SPPJ” – Somente pagamento de principal e juros).

Modelos de negócios: Os modelos de negócios refletem a maneira pela qual o Grupo gerencia seus ativos financeiros de forma a gerar fluxo de caixa, ou seja, a partir dos modelos de negócios o Grupo determina se os fluxos de caixa são procedentes do recebimento de fluxo de caixa contratuais ou ambos, recebimento de fluxo de caixa contratual e vendas. Se nenhum desses dois modelos de negócios for aplicável, então tais ativos financeiros são classificados como parte de “outros” modelos de negócios e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Alguns fatores são considerados pelo Grupo na determinação de seus modelos de negócios, que incluem:

- Experiência passada sobre como os fluxos de caixas contratuais são coletados (incluindo avaliação sobre o histórico de vendas dos ativos financeiros);
- Como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos nos modelos de negócios são avaliados e reportados ao pessoal-chave da Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

SPPJ: A análise se os fluxos de caixa contratuais que consistem somente pagamento do principal e juros (teste de “SPPJ”) é exigida se o ativo financeiro for mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, ou em um modelo cujo o objetivo além do recebimento dos fluxos de caixa contratuais seja de venda desses ativos.

No caso da identificação de ativos financeiros que introduzem exposição a riscos e volatilidades e que sejam inconsistentes ao acordo de empréstimo básico, tais ativos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente: Os instrumentos de dívidas são mensurados em uma das seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, representam somente pagamentos de principal e juros e que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado por provisão para perda de crédito esperada reconhecida e mensurada de acordo com metodologia especificada na nota explicativa “7”. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de “receitas financeiras” usando o método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda, que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido, exceto pelo reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, receita de juros e ganhos/perdas sobre variação cambial que são reconhecidos no resultado do período. A

receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de “receitas financeiras” usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** os ativos financeiros que não atendem os critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos/perdas do instrumento de dívida que são subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Passivo.

Passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros designados como objeto de hedge, para os quais os riscos protegidos são mensurados ao valor justo e passivos financeiros designados ao valor justo no reconhecimento inicial, como mostra na “figura 2”.

Para os passivos mensurados ao valor justo, na designação inicial, a parcela correspondente às variações do risco de crédito próprio da Companhia (denominado “DVA – Debit Valuation Adjustment”) é registrada em outros resultados abrangentes (sem reciclagem para o resultado).

Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

As reclassificações dos ativos financeiros ocorrem apenas se algum modelo de negócios do Grupo for alterado, dessa forma sendo infrequente a ocorrência de reclassificações. No caso da ocorrência de reclassificação, a mesma é aplicada de forma prospectiva (a partir da data de reclassificação). Os passivos financeiros não são reclassificados.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e elegível de composição dos montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de “hedge” são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Demonstrações dos resultados.

Receita Líquida: A receita líquida da Companhia em 2018 foi de R\$ 3,9 bilhões, crescimento de 4,9% em comparação com 2017, em decorrência da expansão na receita das operações no Brasil e em Sandálias Internacional. No Brasil, a elevação de 10,4% deveu-se, principalmente, ao crescimento do negócio Sandálias. Nas operações internacionais de sandálias, houve crescimento de 11,3% na receita líquida (alavancada pela apreciação do dólar e euro frente ao real) apesar do recuo de 9,8% no volume de vendas em 2018. Na Argentina, em reais, a receita líquida caiu 21,1% em 2018, resultado de um mercado comprimido e desvalorização do peso argentino no período. Conforme determina o IAS 29 (Financial Reporting in Hyperinflationary Economies), a partir de julho de 2018, a Argentina passou a ser considerada uma economia altamente inflacionária, em função disso, as demonstrações contábeis foram

corrigidas por alteração no poder geral de compra da moeda corrente com aplicação de índice.

Lucro Bruto: No acumulado de 2018, o lucro bruto da Companhia somou R\$ 1,7 bilhão (+4,5%) com margem bruta de 43,9%, praticamente em linha com 2017. A margem bruta do Brasil foi de 44,2%, ou 0,9 ponto percentual menor que a de 2017. Os motivos desse retrocesso foram o aumento do custo da borracha, maior venda de produtos de entrada em Havaianas e efeito negativo do câmbio em Mizuno. Em Sandálias Internacional, a margem bruta em 2018 foi de 66,6%, 1,9 pontos percentuais superior, sendo o efeito positivo do câmbio e o mix de países os fatores que explicam essa variação. Na Argentina, a margem bruta de 11,3% recuou 9,0 pontos percentuais impactada pela variação cambial do período. Despesas com Vendas Em 2018, as despesas com vendas foram de R\$ 1,1 bilhão e representou 28,4% da receita líquida, expansão de 1,0 p.p. em relação ao acumulado de 2017, devido em grande parte ao aumento da despesa com fretes e ao estabelecimento das estruturas internacionais e Brasil em Havaianas. Despesas Gerais e Administrativas No acumulado de 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 198,6 milhões, 5,1% da receita líquida, redução de 0,1 p.p. em relação à 2017, como mostra na “figura 3 e 4.”

Figura “5”.

O EBITDA da Companhia em 2018 somou R\$ 564,7 milhões, valor 16,1% superior ao de 2017, e a margem de 14,5% foi 1,4 ponto percentual maior que a do ano anterior. No Brasil, o EBITDA de R\$ 561,2 milhões subiu 50,5% e a margem, de 21%, foi 5,6 pontos percentuais mais alta. Neste quesito, destaca-se R\$ 181 milhões de êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS no Brasil ocorrida em setembro de 2018. Em Sandálias Internacional, O EBITDA de 2018 foi de R\$ 77,6 milhões, queda de 22,1% em relação à 2017 visto que foram realizados investimentos no crescimento internacional ao longo de 2018 que deverão trazer retornos no futuro.

Lucro Líquido O lucro líquido da Companhia de 2018 foi de R\$ 324,0 milhões, valor R\$ 7,6% inferior ao de 2017, e a margem líquida de 8,3% foi 1,1 ponto percentual menor. As variações mais significativas do lucro líquido consolidado do ano foram: +129,5 milhões no EBITDA, cuja variação foi explicada anteriormente no texto; -R\$ 51,1 milhões de ajuste de inflação advindos das operações da Argentina; +R\$ 65,4 milhões no resultado financeiro devido, principalmente, ao ganho de ajuste de inflação na posição monetária líquida na Argentina; -R\$ 48,2 milhões com variação cambial primordialmente na Argentina advindo de dívidas em moeda estrangeira; -R\$ 124,0 milhões no IRCS, devido principalmente em função da não constituição de crédito de imposto diferido sobre prejuízo fiscal, ajuste de hiperinflação, constituição de provisão de imposto de renda diferido em 2017 por baixa parcial de ativos, dentre outros.

CAPEX No ano de 2018, os investimentos consolidados para sustentação/expansão das operações (CAPEX) da Alpargatas totalizaram R\$ 80,5 milhões. A maior parte deste montante, R\$ 53,4 milhões, foi investida na sustentação/manutenção das operações, enquanto R\$ 27,1 milhões foram direcionados à expansão, essencialmente nas operações de varejo de lojas mono marca no Brasil e no exterior.

IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, como mostra na figura “6”.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente. Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas sem utilização ou obsoletos.

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017 estão demonstradas a seguir:

Figura “7 e 8”.

(1) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica “Projetos em andamento” para as correspondentes contas definitivas do “Imobilizado”, quando do encerramento dos projetos.

(2) Os saldos registrados na rubrica “Projetos em andamento” referem-se aos projetos:

(1) melhorias e modernização das fábricas, com investimentos de aproximadamente R\$22.691; e (2) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$18.734; e (3) demais projetos R\$9.780.

(3) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas, sem utilização ou obsoletos.

INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados quando os benefícios futuros são prováveis, quando pode ser mensurado de forma confiável e quando for identificável. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo deduzido da amortização e de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, como mostra na figura “9”.

(1) Referem-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial, tais como SAP/R3, Plataforma ALPA ONE e LINX, e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor.

(2) Referem-se aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas Havaianas e Osklen (consolidado). A partir de 2017 o custo de aquisição passou a ser amortizado pelo prazo contratual remanescente acrescido da expectativa de renovação.

(3) Refere-se aos ágios de: (1) CBS S/A - Companhia Brasileira de Sandálias no valor R\$53.862; (2) Alpargatas A.S.A.I.C. – Argentina no valor R\$75.282; e (3) Osklen no valor de R\$48.287.

4. CONCLUSÃO

Podemos concluir que a contabilidade se trata de uma ciência aplicada importantíssima para a saúde financeira e crescimento da entidade. A contabilidade não baseia-se apenas em números e resultados, mas também na sociedade em que a empresa está, procurando conhecer o ramo de atividade, legislações e muitos outros fatores que influenciam na vida de uma empresa.

Este projeto foi de suma importância, pois trabalhando nele tivemos a oportunidade de ver como a contabilidade é vista pelos dois lados, como contador e como empreendedor. Além disso, foi possível conhecermos sua história e evolução, que nos mostrou todos os mecanismos necessários para as práticas de mudanças em prol de um cenário contábil favorável e crescente, que contribui significativamente no desenvolvimento financeiro de nosso país.

REFERÊNCIAS

A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL, Monografias Brasil Escola, [2019?]. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/a-evolucao-contabilidade-no-brasil.htm>. Acesso em 02 de abril 2020.

BLOG FORTES TECNOLOGIA. Disponível em <<https://blog.fortestecnologia.com.br/fazer-lancamentos-contabeis/>>. Acesso em mar. 2020.

Conhecimento geral do grupo ALPARGATAS, disponível em <<https://www.alpargatas.com.br/#/conheca-empresa>>. Acesso em abr. 2020.

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em abr. 2020.

Demonstrações Financeiras grupo ALPARGATAS, disponível em <<https://ri.alpargatas.com.br/>>. Acesso em Março 2020.

Estudo de demonstrações de resultados do Grupo ALPAGARTAS, disponível em <<http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=10456&idioma=pt-br>>. Acesso em abr. 2020.

ANEXOS

Figura 1:

ALPARGATAS S.A E CONTROLADAS
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018 ⁽¹⁾	2017	2018 ⁽¹⁾	2017
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	367.006	510.734	518.782	629.238
Aplicações financeiras	6	22.156	77.115	22.156	77.115
Contas a receber de clientes	7	797.589	707.751	972.499	911.541
Estoques	8	431.634	381.866	730.330	698.761
Impostos a recuperar	9	43.118	24.225	85.544	85.158
Despesas antecipadas		7.004	1.186	22.712	11.262
Instrumentos financeiros derivativos	30.3	466	-	1.136	-
Outros créditos		17.476	17.257	36.153	26.838
Total do ativo circulante		1.686.449	1.720.234	2.389.312	2.439.913
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	7	28.829	-	3.063	-
Impostos a recuperar	9	190.120	10.009	200.279	16.564
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.1	71.794	95.382	98.650	106.406
Depósitos judiciais	11	42.815	13.476	44.322	16.193
Partes relacionadas	19	138.954	43.565	-	-
Outros créditos		9.223	46.323	18.111	50.517
Ativo realizável a longo prazo					
Investimentos:					
Empresas controladas	12	418.322	558.494	-	-
Outros		145	145	2.322	1.320
Imobilizado	13	631.404	621.721	770.722	721.645
Intangível	14	106.456	113.267	453.324	493.834
Total do ativo não circulante		1.636.062	1.502.362	1.590.793	1.406.479
TOTAL DO ATIVO		3.322.511	3.222.616	3.980.105	3.846.392

Figura 2:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018 ⁽¹⁾	2017	2018 ⁽¹⁾	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	333.662	270.088	449.069	388.112
Empréstimos e financiamentos	16	142.073	237.050	382.258	408.941
Obrigações fiscais	17	23.374	15.618	44.702	32.785
Provisões e outras obrigações	18	57.148	43.822	103.161	134.853
Obrigações negociadas de controladas		-	-	2.030	4.855
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		110.265	89.972	148.432	131.336
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	5.984	6.389	20.271	9.344
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar		4.399	5.044	4.399	5.044
Instrumentos financeiros derivativos	30.3	5.288	587	5.288	587
Total do passivo circulante		682.193	668.550	1.159.610	1.115.857
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	230.676	324.702	230.676	324.702
Obrigações negociadas de controladas		-	-	7.748	18.834
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.1	-	-	70.603	55.917
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	10.912	29.403	17.872	40.553
Plano de incentivo de longo prazo	26.2	7.393	10.477	9.631	12.498
Outras obrigações		10.534	3.094	15.127	13.642
Total do passivo não circulante		259.505	367.676	350.657	466.146
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1	648.497	648.497	648.497	648.497
Reservas de capital		172.799	172.799	172.799	172.799
Reserva de lucros		1.700.007	1.480.995	1.700.007	1.480.995
Ajuste de avaliação patrimonial		(76.242)	(149.092)	(76.242)	(149.092)
Ações em tesouraria		(64.248)	(64.248)	(64.248)	(64.248)
Dividendo adicional proposto	22.3	-	97.439	-	97.439
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		2.380.813	2.186.390	2.380.813	2.186.390
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	89.025	77.999
Total do patrimônio líquido		2.380.813	2.186.390	2.469.838	2.264.389
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.322.511	3.222.616	3.980.105	3.846.392

Ativar o Windows

Figura 3:

ALPARGATAS S.A E CONTROLADAS**Demonstrações do resultado****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018 ²¹	2017	2018 ²¹	2017
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita operacional líquida	24	2.750.431	2.488.453	3.904.509	3.721.863
Custo dos produtos vendidos	25	(1.631.904)	(1.452.746)	(2.191.673)	(2.082.261)
LUCRO BRUTO		1.118.527	1.035.707	1.712.836	1.639.602
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(560.282)	(534.856)	(1.108.981)	(1.020.857)
Despesas gerais e administrativas	25	(140.904)	(133.321)	(198.631)	(192.953)
Honorários dos administradores	19.5	(15.773)	(11.862)	(15.877)	(12.185)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(181.621)	(6.783)	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	27	147.339	16.104	68.729	(34.190)
		(751.241)	(670.718)	(1.254.760)	(1.260.185)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
		367.286	364.989	458.076	379.417
Receitas financeiras	28	60.900	39.539	59.188	40.859
Despesas financeiras	28	(45.355)	(51.475)	(98.539)	(97.963)
Ganhos em operações com derivativos	28	3.551	3.017	3.551	3.017
Perdas em operações com derivativos	28	(10.773)	(2.994)	(10.773)	(2.994)
Ganho/ perda posição monetária líquida	28	-	-	54.838	-
Variação cambial líquida	29	11.554	2.998	(64.728)	(16.541)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		387.163	356.074	401.613	305.795
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10.2	(30.052)	(16.224)	(49.038)	7.381
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10.1	(25.610)	24.113	(28.534)	39.060
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS					
		331.501	363.963	324.041	352.236
(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
		-	(1.674)	-	(1.674)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
		331.501	362.289	324.041	350.562
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Acionistas controladores		331.501	362.289	331.501	362.289
Acionistas não controladores		-	-	(7.460)	(11.727)
LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico por ação - ON - R\$	31	0,6678	0,7224	0,6678	0,7224
Diluído por ação ON - R\$	31	0,6678	0,7224	0,6678	0,7224
Básico por ação - PN - R\$	31	0,7347	0,7949	0,7347	0,7949
Diluído por ação PN - R\$	31	0,7347	0,7949	0,7347	0,7949

Ati
Ace

Figura 4:

ALPARGATAS S.A E CONTROLADAS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em milhares de reais

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018 ⁽¹⁾	2017	2018 ⁽¹⁾	2017
RECEITAS	3.226.548	2.876.599	4.584.741	4.349.372
Vendas de mercadorias e produtos	3.184.023	2.887.652	4.543.913	4.362.533
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)	7.2 (5.651)	(20.186)	(17.678)	(26.070)
Outras receitas	48.176	9.133	58.506	12.909
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.409.989)	(1.340.628)	(2.183.044)	(2.076.978)
Custo de mercadorias e produtos vendidos	(1.058.395)	(926.880)	(1.472.478)	(1.276.918)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(329.321)	(266.315)	(692.011)	(668.666)
(Perdas) / recuperação de valores ativos	(21.336)	(143.604)	(17.518)	(127.565)
Outros	(937)	(3.829)	(1.037)	(3.829)
	1.816.559	1.535.971	2.401.697	2.272.394
RETENÇÕES	(63.814)	(67.432)	(106.598)	(106.822)
Depreciação e amortização	13/14 (63.814)	(67.432)	(106.598)	(106.822)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	1.752.745	1.468.539	2.295.099	2.165.572
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(77.218)	45.584	156.539	57.323
Resultado de equivalência patrimonial	12 (181.621)	(6.783)	-	-
Receitas financeiras - incluindo variações cambiais	101.501	52.185	152.839	56.329
Resultado de operações descontinuadas	-	(1.674)	-	(1.674)
Outros	2.902	1.856	3.700	2.668
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.675.527	1.514.123	2.451.638	2.222.895
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(1.675.527)	(1.514.123)	(2.451.638)	(2.222.895)
Salários e encargos sociais	(634.411)	(603.203)	(914.553)	(934.654)
Impostos, taxas e contribuições	(549.647)	(416.716)	(841.370)	(679.527)
Despesas financeiras e aluguéis	(159.968)	(131.915)	(371.674)	(258.152)
Juros sobre o capital próprio	(110.600)	(150.300)	(110.600)	(150.300)
Dividendos	-	(27.778)	-	(27.778)
Lucros retidos	(220.901)	(184.211)	(220.901)	(184.211)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	7.460	11.727

⁽¹⁾ A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e o CPC 48/IFRS9 em 1º de janeiro de 2018. Nos métodos de transição escolhidos, a informação comparativa não foi representada.

Accesse Cont

Figura 5:

ALPARGATAS S.A E CONTROLADAS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em milhares de reais

EBITDA

R\$ milhões	4T18	4T17	Δ (%)	2018	2017	Δ (%)
EBITDA recorrente	220,3	195,6	12,6%	555,2	504,0	10,2%
<i>Margem EBITDA recorrente</i>	18,4%	17,7%	+0,6 pp	14,2%	13,5%	+0,7 pp

R\$ milhões	4T18	4T17	Δ (%)	2018	2017	Δ (%)
(=) Lucro líquido consolidado	92,4	45,1	105,0%	324,0	350,6	-7,6%
IR e contribuição social	11,6	-40,7	n/a	77,6	-46,4	n/a
Resultado financeiro	-8,3	17,5	n/a	56,5	73,5	-23,2%
Depreciação e amortização	27,9	34,8	-19,8%	106,6	106,8	-0,2%
Resultado de operação descontinuada	-	-	-	-	1,7	n/a

R\$ milhões	4T18	4T17	Δ (%)	2018	2017	Δ (%)
(=) EBITDA	123,6	56,7	117,9%	564,7	486,2	16,1%
R\$ milhões	4T18	4T17	Δ (%)	2018	2017	Δ (%)
Saldo de outras receitas (despesas) não recorrentes	-96,7	-138,9	-30,4%	9,4	-17,8	n/a
Brasil	-41,2	-128,7	-68,0%	125,2	11,7	967,4%
Argentina	-40,3	-9,4	331,1%	-98,0	-28,7	241,3%
EUA	-15,2	-0,8	1796,6%	-17,8	-0,8	2121,6%

Figura 6:

Vida útil depreciação (anos)	31/12/2018			Controladora 31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido	Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido
	-	10.321	-	10.321	10.321	-
10 - 80	365.741	(107.026)	258.715	357.314	(97.340)	259.974
2 - 30	530.365	(251.709)	278.656	508.505	(233.179)	275.326
10	50.813	(31.095)	19.718	47.181	(27.666)	19.515
10	7.091	(5.383)	1.708	7.118	(4.702)	2.416
5 - 10	38.349	(24.912)	13.437	30.576	(21.871)	8.705
-	47.598	-	47.598	51.711	-	51.711
-	3.712	-	3.712	5.525	-	5.525
Provisão para perdas ("impairment") (ii)	(2.461)	-	(2.461)	(11.772)	-	(11.772)
Total	1.051.529	(420.125)	631.404	1.006.479	(384.758)	621.721

Vida útil depreciação (anos)	31/12/2018			Consolidado 31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido	Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido
	-	10.997	-	10.997	11.715	-
10 - 80	402.118	(134.066)	268.052	435.290	(155.260)	280.030
2 - 30	596.124	(305.718)	290.406	623.363	(326.971)	296.392
10	89.908	(59.327)	30.581	96.218	(65.175)	31.043
10	8.038	(6.313)	1.725	8.657	(6.196)	2.461
5 - 10	121.626	(73.870)	47.756	106.602	(60.488)	46.114
-	51.205	-	51.205	55.032	-	55.032
-	10.032	-	10.032	10.630	-	10.630
Provisão para perdas ("impairment") (ii)	(2.461)	-	(2.461)	(11.772)	-	(11.772)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	68.404	(5.975)	62.429	-	-	-
Total	1.355.991	(586.269)	770.722	1.335.735	(614.090)	721.645

Figura 7:

Imobilizado	Controladora					31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	
Terrenos	10.321	-	-	-	-	10.321
Edifícios e construções	259.974	-	8.439	(9.698)	-	258.715
Máquinas e equipamentos	275.326	-	36.696	(32.910)	(539)	278.656
Móveis e utensílios	19.515	-	3.977	(3.578)	(196)	19.718
Veículos	2.416	-	38	(736)	(10)	1.708
Beneficiárias em imóveis de terceiros	8.705	-	7.542	(2.713)	(97)	13.437
Projetos em andamento	51.711	52.559	(56.672)	-	-	47.598
Outros imobilizados	5.525	-	-	-	(2.484)	3.712
Provisão para perdas ("impairment")	(11.772)	-	-	-	-	9.311
Total	621.721	52.559	20	(49.635)	(3.326)	631.404

Ativar o Windows

Figura 8:

	Controladora						
	31/12/2016	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2017
Imobilizado							
Terrenos	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Edifícios e construções	249.964	-	20.370	(9.060)	(1.322)	22	259.974
Máquinas e equipamentos	259.287	-	52.910	(33.737)	(3.253)	119	275.326
Móveis e utensílios	21.914	-	2.588	(4.478)	(651)	142	19.515
Veículos	2.968	-	174	(699)	(27)	-	2.416
Beneficiária em imóveis de terceiros	11.100	-	958	(2.831)	(522)	-	8.705
Projetos em andamento	55.113	74.246	(77.648)	-	-	-	51.711
Outros imobilizados	3.788	-	-	-	(135)	1.872	5.525
Provisão para perdas ("impairment")	(347)	-	-	-	-	(11.425)	(11.772)
Total	614.108	74.246	(648)	(50.805)	(5.910)	(9.270)	621.721

	Consolidado						
	31/12/2017	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Variação cambial/ Outras movimentações	31/12/2018
Imobilizado							
Terrenos	11.715	-	-	-	(147)	(571)	10.997
Edifícios e construções	280.030	-	8.519	(10.382)	(1.140)	(8.975)	268.052
Máquinas e equipamentos	296.392	-	37.117	(35.670)	(826)	(6.507)	290.406
Móveis e utensílios	31.043	-	5.824	(9.292)	(815)	3.821	30.581
Veículos	2.461	-	38	(761)	(10)	(3)	1.725
Beneficiária em imóveis de terceiros	46.114	-	12.312	(10.820)	(1.082)	1.232	47.756
Projetos em andamento (ii)	55.032	66.740	(66.464)	-	-	(4.103)	51.205
Outros imobilizados	10.630	-	-	-	(2.484)	1.886	10.032
Provisão para perdas ("impairment") (iii)	(11.772)	-	-	-	-	9.311	(2.461)
Efeito da aplicação da IAS 29 (Inflação)	-	-	-	(5.975)	-	68.404	62.429
Total	721.645	66.740	(2.654)	(72.900)	(6.604)	64.495	770.722

	Consolidado						
	31/12/2016	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Variação cambial/ Outras movimentações	31/12/2017
Imobilizado							
Terrenos	12.256	-	-	-	-	(541)	11.715
Edifícios e construções	277.445	185	20.370	(10.790)	(1.402)	(5.778)	280.030
Máquinas e equipamentos	287.045	5.232	52.941	(36.413)	(3.273)	(9.140)	296.392
Móveis e utensílios	30.143	4.110	2.595	(7.943)	(741)	2.879	31.043
Veículos	3.122	-	715	(782)	(27)	(567)	2.461
Beneficiária em imóveis de terceiros	44.293	3.346	5.547	(13.331)	(725)	6.984	46.114
Projetos em andamento (ii)	60.986	79.291	(85.158)	-	-	(87)	55.032
Outros imobilizados	13.440	-	-	-	(135)	(2.675)	10.630
Provisão para perdas ("impairment")	(6.647)	-	-	-	-	(5.125)	(11.772)
Total	722.083	92.164	(2.990)	(69.259)	(6.303)	(14.050)	721.645

Figura 9:

		31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Controladora							
	Vida útil amortização (anos)						
Com vida útil definida:							
Sistemas de gestão empresarial (i)	4 - 10	201.187	(165.283)	35.904	196.688	(151.546)	45.142
Carteira de clientes	5	27.311	(27.311)	-	27.311	(27.311)	-
Cessão de direitos comerciais (ii)	5 - 10	10.915	(1.456)	9.459	6.621	(781)	5.840
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	1.027	-	1.027	1.027	-	1.027
Ágio na aquisição de controlada incorporada	-	53.862	-	53.862	53.862	-	53.862
Projetos em andamento	-	6.204	-	6.204	7.396	-	7.396
Total		300.506	(194.049)	106.456	292.905	(179.638)	113.267
Consolidado							
	Vida útil amortização (anos)						
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	1 - 10	17.741	(17.741)	-	22.034	(22.024)	10
Sistemas de gestão empresarial (i)	4 - 10	221.701	(175.402)	46.299	206.805	(158.948)	47.857
Cessão de direitos comerciais (ii)	5 - 10	90.652	(18.000)	72.652	91.299	(12.582)	78.717
Carteira de clientes	1 - 5	46.471	(44.339)	2.132	47.167	(40.637)	6.530
Acordo de não competição	4	20.850	(17.190)	3.660	20.850	(13.197)	7.653
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	143.925	-	143.925	143.916	-	143.916
Ágio na aquisição de controladas (iii)	-	177.431	-	177.431	201.755	-	201.755
Projetos em andamento	-	6.204	-	6.204	7.396	-	7.396
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	1.264	(243)	1.021	-	-	-
Total		726.239	(272.915)	453.324	741.222	(247.388)	493.834